Seção Sindical do ANDES-SN
Adusb

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

BOLETIM INFORMATIVO ESPECIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - SEÇÃO SINDICAL DO ANDES - SN

AGOSTO DE 2017

Fotografia: Mídia Ninja

EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO QUE FORME SUJEITOS COM PENSAMENTO CRÍTICO, CAPAZES DE COMPREENDER E TRANSFORMAR A REALIDADE.

O AVANÇO DO PENSAMENTO CONSERVADOR
Conheça os interesses e estratégias de intervenção na política educacional do Brasil.
Pg. 4

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
A padronização do currículo escolar e o fim da diversidade.
Pg. 6

REFORMA DO ENSINO MÉDIO
Saiba o que muda para professores e estudantes.
Pg. 7

COMITÊS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
Organização e resistência da sociedade civil contra os interesses do mercado.
Pg. 8

EDITORIAL

Utilizando-se de um discurso falso moralizador para colocar em prática uma política autoritária, conservadora, excludente e apassivadora, os que defendem o controle da política mediante os interesses do capital têm utilizado de diversas estratégias para conseguir seus escusos objetivos.

Os ataques à classe trabalhadora são contínuos e as frentes as mais diversas. Podemos destacar alguns à exemplo da Reforma Trabalhista, Lei do Teto do Gasto Público, Reforma da Previdência, Lei da Terceirização e tantos outros.

Neste boletim, a Adusb evidencia como o capital organizado procura estabelecer um reordenamento da Educação Básica e Superior no Brasil a partir de inúmeras intervenções neste campo. Restringindo-nos estritamente ao primeiro quartel deste século podemos citar várias ações que objetivam o esfacelamento da classe trabalhadora a partir de medidas que objetivam sucatear, o já frágil, sistema público de educação brasileira.

Neste contexto destacamos quatro ações à saber: o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular, os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e a Reforma do Ensino Médio. Apoiados por uma mídia que trabalha numa perspectiva de alienar e emburrecer a população, estes programas têm alcançado especialmente a população de baixa renda que, impedida pelas próprias condições matérias da vida, não avaliou o retrocesso que estes projetos significarão às próximas gerações.

O conjunto dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário em nível nacional, estadual e local tem revelado unidade no que diz respeito à aprovação de normatizações que retiram os parcos direitos sociais e trabalhistas que a sociedade civil, mais explicitamente a classe trabalhadora, conseguiu construir a partir do enfrentamento constante contra os interesses da burguesia. Neste contexto, não podemos deixar de registrar o papel que a resistência organizada por entidades sindicais, coletivos, partidos de esquerda, têm realizado para resistir e impedir a continuidade dos ataques à educação pública e a formação política da classe trabalhadora.

O Andes-SN juntamente com suas seções sindicais tem construído ações que vão à contramão da ordem conservadora. Como exemplo podemos citar a construção e participação: no Encontro Nacional da Educação, nos Comitês Estaduais e Locais em Defesa da Educação Pública e na Frente Nacional Escola sem Mordaça, além de várias outras intervenções no campo da política.

A Adusb lança o segundo Boletim Informativo Especial em Defesa da Educação Pública como mais uma forma de estreitar o diálogo com a comunidade acadêmica da UESB e a sociedade da região sudoeste da Bahia sobre o tema e a sua gravidade. A Adusb, cumprindo seu papel, se junta, mais uma vez, aos que coletivamente querem construir a resistência ao projeto do capital.

CONFIRA OS PROJETOS DE LEI DO ESCOLA SEM PARTIDO

PL 7180/2014	Erivelton Santana (PSC-BA)
PL 867/2015	Izalci Lucas (PSDB-DF)
PL 7181/2014	Erivelton Santana (PSC-BA)
PL 1859/2015	Autoria coletiva
PL 5487/2016	Victório Galli (PSC-MT)
PLS 193/2016	Magno Malta (PR-ES)
PL 1411/2015	Rogério Marinho (PSDB-RN)
PL 4486/2016	Rogério Marinho (PSDB-RN)
LO 7800/2016	Ricardo Nezinho (PMDB-AL)
PLO 102/2016	Platiny Soares (DEM-AM)
PL 273/2015	Dra. Silvana (PMDB - CE)
PL 01/2015	Sandra Faraj (SDD - DF) Rodrigo Delmasso (PTN - DF)
PL 121/2016	Hudson Leal (PTN - ES)
PL 293/2014	Luis Carlos do Carmo (PMDB - GO)
PL 748/2015	Autoria coletiva
PL 823/2016	Pastor Cleiton Collins (PP - PE)
PL 2974/2014	Flávio Bolsonaro (PSC - RJ)
PL 190/2015	Marcel Van Hattem (PP - RS)
PL 1301/2015	Luiz Fernando Machado (PSDB - SP)
PL 960/2014	José Bittencourt (PSD - SP)
PL 65/2017	Edvaldo Lima (PP)
PL 01/2017	Alexandre Aleluia (DEM)

EXPEDIENTE

Adusb EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS

CSP Conlutas CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Associação dos docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Estrada do bem-querer, km4, UESB, Vitória da Conquista
Telefone: (77) 3424-1035
ascomadusb@gmail.com

Boletim elaborado pela assessoria de comunicação da ADUSB
Edição: Halanna Andrade/ MTB: 4857 BA
Redação e diagramação: Eline Luz
Supervisão: Iracema Lima, Jorge Nascimento e Soraya Adorno.

FRENTE BAIANA ESCOLA SEM MORDAÇA EM LUTA CONTRA O CONSERVADORISMO

Fotografia: Murilo Bereta

Com o objetivo de fazer o enfrentamento aos projetos de lei do Escola Sem Partido (ESP) em todo Estado, a Frente Baiana Escola Sem Mordaça foi lançada em março de 2017. Trata-se de uma articulação entre diversos segmentos da sociedade civil e o Comitê Baiano em Defesa da Educação Pública. Desde sua criação, atividades estão sendo construídas na capital e no interior para dialogar com a população sobre os riscos de uma escola sem pensamento crítico oportunidade que é utilizada para debater junto com alunos, pais e professores acerca dos objetivos de apassivamento que estão embutidos nestes projetos.

O que o Escola Sem Partido?

É um movimento conservador criado em 2004 e transformado em associação em 2015. Seus defensores afirmam que o Brasil na última década utilizou a escola para propagar interesses de determinados grupos políticos por meio de materiais didáticos e ações de professores que "abusam da audiência cativa de estudantes". Através de senadores, deputados e vereadores, eles tentam aprovar projetos de lei por todo país pela neutralidade das disciplinas, retirada de qualquer conteúdo político, religioso ou ideológico. O autoritarismo é tão grande, que está prevista inclusive a prisão dos docentes que descumprirem as normas. Com um discurso alienante e generalista esquecem que, conforme previsto na Constituição Federal no art. 205, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Por que devemos lutar pela Escola Sem Mordaça?

A proposta do ESP é impossível de ser colocada em prática, pois não há como existir imparcialidade na construção do conhecimento. O que reivindicam na realidade é a censura de conteúdos relevantes para a formação dos jovens. O movimento sequestra a crítica, rebaixa o papel do professor e restringe a pluralidade. Nesse contexto, escolas brasileiras poderão reafirmar o jogo de interesses em que diferentes visões de mundo são asfixiadas em prol de um país monocultural, orientado por perspectivas que sustentam e legitimam o ódio ao pensamento de esquerda, o racismo, a LGBTfobia e o machismo.

Resista aos ataques

Na Bahia, as bancadas conservadoras seguem tentando aprovar projetos de lei com a finalidade de amordaçar a educação no Estado. Temos proposições em tramitação na Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores de Salvador e Feira de Santana. Em Vitória da Conquista o projeto foi arquivado, mas já existem manifestações favoráveis à sua retomada. Para construir a Frente Escola Sem Mordaça, basta entrar em contato com a Associação dos Docentes da UESB (Adusb) e juntos fortaleceremos a resistência.

O AVANÇO DO PENSAMENTO CONSERVADOR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ilustração: Acervo do Andes - Contrarreforma do ensino médio.

A crise do capitalismo tem levado ao fim dos governos de conciliação de classes em toda América Latina e aberto espaço para o avanço do conservadorismo. No Brasil, a situação é representada pelo término forçado da última gestão do Partido dos Trabalhadores, na figura da ex-presidente Dilma Rousseff. A educação passa então a ser um espaço estratégico de disputa deste setor que emerge, por ser um fator fundamental para a formação objetiva e subjetiva da classe trabalhadora brasileira.

Para a burguesia nacional e internacional, com o aprofundamento da crise econômica, torna-se impossível a permanência de políticas de transferência de renda para os trabalhadores ao mesmo tempo em que se assegura o crescimento do lucro dos patrões, como realizado pelos governos Lula e Dilma. Um ditado popular resume o cenário em "farinha pouca, meu pirão primeiro". Portanto, se faz necessário um governo que atue com agilidade e eficiência na retirada de direitos sociais, trabalhistas e políticos. A chegada do presidente ilegítimo Michel Temer ao poder é prova disso.

A investida contra trabalhadoras e trabalhadores deve ser feita em várias frentes, não se restringindo ao plano econômico. É preciso atuar para que a população se convença de que os ataques aos seus direitos e condições de vida são naturais, inevitáveis ou mesmo necessários. Certamente a "grande" mídia contribui com tal papel, contudo, a educação talvez seja o campo mais estratégico a médio e longo prazo. Isto porque assim como a educação pode contribuir para a emancipação humana, ela também pode ser utilizada para apassivar, alienar e educar a classe trabalhadora para a obediência. Temos como exemplos práticos os projetos do Escola Sem Partido, a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio. Elencaremos a seguir algumas estratégias de intervenção conservadora na educação brasileira.

Formação restrita

As proposições de formação focada na técnica, aliada à retirada de disciplinas que analisam a realidade de maneira crítica, resultará na preparação de jovens apenas para ocupação dos piores postos de trabalho e aumento do exército de reserva. A população que não conhece a sua história ou a do seu país, pode ser facilmente manipulada contra seus próprios interesses. A neutralidade ideológica defendida por conservadores é impraticável, pois não há como educar e construir conhecimento de forma apolítica. Como discutir a Segunda Guerra Mundial e não ser contrário ao nazismo, ao fascismo, ao holocausto? É possível estudar a formação do Brasil e não criticar a escravidão?

Criminalização da esquerda

Os inimigos dos setores conservadores também devem ser liquidados. As lutadoras e os lutadores sociais, que conquistaram ao longo do tempo todos os direitos que a população brasileira ainda possui, devem ser criminalizados e punidos. Toda esquerda deve ser colocada na vala comum da corrupção e da violência para que não tenham apoio popular para resistir. Para que não restem dúvidas sobre a veracidade do argumento, temos o claro exemplo do Escola Sem Partido. O patrulhamento ideológico instaurado dentro das instituições educacionais permitirá, assim como na Ditadura Militar, a delação de uns aos outros, sob pena de prisão. O projeto político em curso, de caráter conservador e excludente, propõe ao final, criminalizar a ação educativa nos espaços escolares uma contradição explícita à concepção de formação cidadã.

Apologia à violência

É preciso também colocar a classe trabalhadora contra si mesma, perpetuando a violência sob a ideia de que existe um grupo melhor do que o outro. Desse modo, justifica-se a maior exploração da parcela mais oprimida, materializada na intensificação do trabalho e má remuneração das mulheres, dos LGBTs, das pessoas com deficiência, das negras e negros, etc. Ao excluir da escola o papel do enfrentamento ao racismo, ao machismo, ao capacitismo e à LGBTfobia, a educação brasileira se furta da responsabilidade de mudar a realidade de brutal violência.

Ilustração: Acervo do Andes
Projeto do Capital para a Educação

Educadoras, educadores e estudantes têm o papel histórico de contribuírem com o enfrentamento do conservadorismo na educação pública do Brasil. Não é possível deixar que um setor de importância fundamental para as próximas gerações seja completamente tomado por aqueles que querem a tudo sugar da classe trabalhadora. Lutar pela educação pública de qualidade, emancipadora e comprometida com a transformação social é lutar pelo presente, pelo passado e principalmente pelo futuro do Brasil.

BNCC E A PADRONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL

Fotografia: Mídia Ninja

Em conformidade com a política adotada pelos organismos internacionais e as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Ministério da Educação (MEC), iniciou em 2015 a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O projeto tem como objetivo padronizar e centralizar o currículo de toda Educação Básica.

A ação é um claro desrespeito à diversidade social, cultural e étnica presente em um país com dimensões continentais, como o Brasil. A cada versão apresentada - estamos na terceira proposta - mais se aprofunda seu caráter autoritário e excludente, afinal a BNCC foi elaborada sem a participação da sociedade e pode ser aprovada pelo MEC ainda em 2017.

Principais problemas

Ao tentar homogeneizar o currículo da Educação Básica, será instituído um conhecimento oficial, tido como único legítimo no país. A justificativa dada é a necessidade de formatar o "conhecimento válido", porém não fica explícito sua validade para quem e para o quê. Aquilo que não se enquadrar no que os especialistas das disciplinas - contratados para formulação da BNCC - consideram como importantes, ficará de fora da formação de crianças e adolescentes. A situação pode levar a um apagamento cultural que trará graves danos às próximas gerações.

Será retirada a autonomia dos professores e das professoras, pois o percurso de discussão em sala de aula já estará traçado e estabelecido previamente, inclusive através dos materiais escolares uniformizados. A atividade docente se afastará do seu papel histórico de criticar a realidade, inspirar estudantes a se tornarem cidadãos críticos, para se aproximar das características dos monitores de turmas.

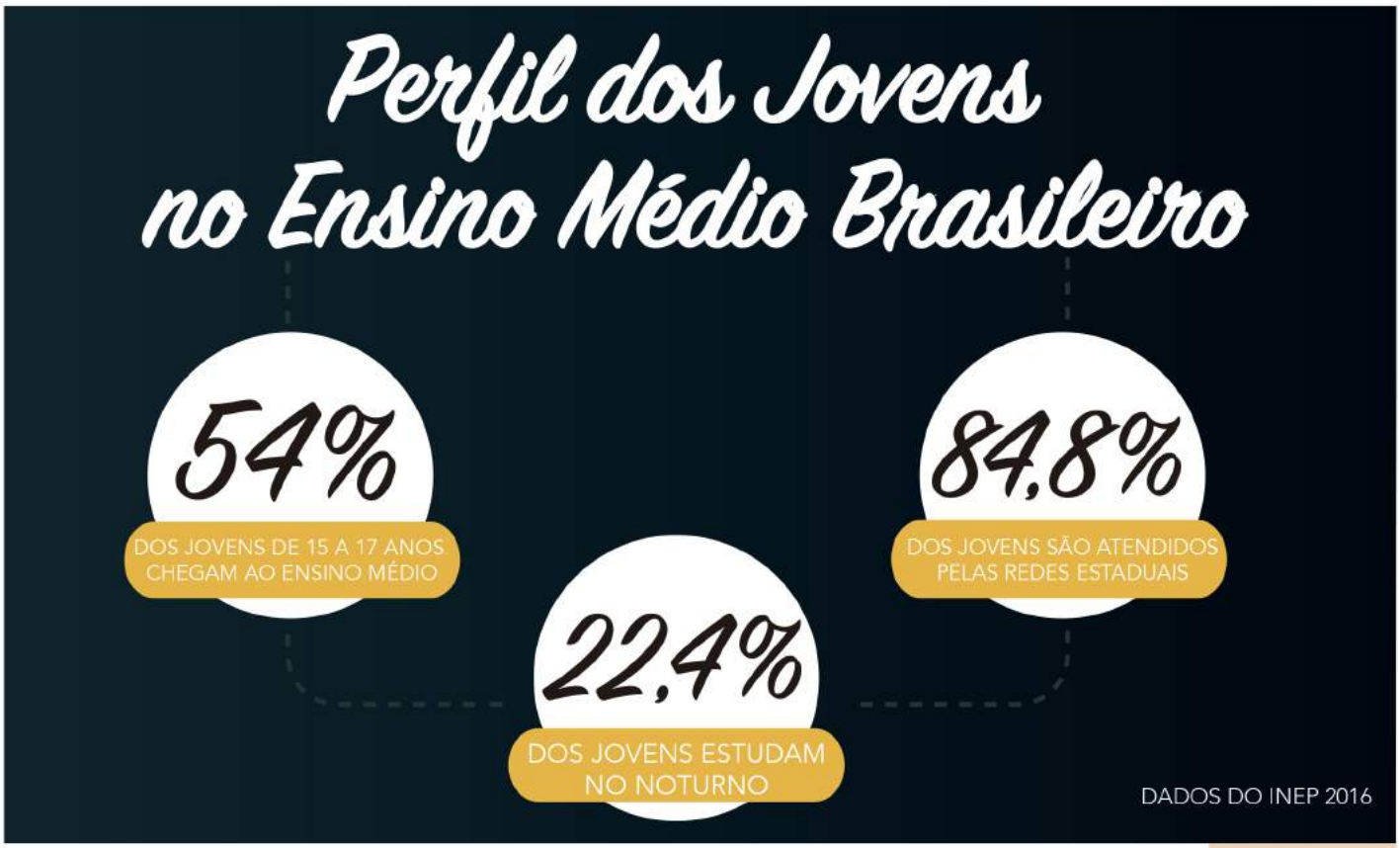
Existem benefícios?

Apesar da BNCC se dizer comprometida com a "formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva", na prática isso não se concretizará. O documento elenca uma longa lista de habilidades a serem desenvolvidas obrigatoriamente pelos estudantes, disciplina por disciplina, ano a ano, sem qualquer consideração sobre as condições materiais das escolas públicas brasileiras. A responsabilidade do não alcance desses objetivos cairá sobre as costas das professoras e dos professores, que também possuem condições de trabalho e de formação extremamente precárias.

Portanto, a Associação dos Docentes da UESB (Adusb) e o Andes Sindicato Nacional são contra a BNCC por discordarem de qualquer tentativa "que pretenda ir além de uma orientação estruturadora dos currículos para as redes estaduais e municipais de educação".

Com informações da Nota Política do Andes-SN sobre a BNCC, Cartilha "Projeto do Capital para Educação: análise e ações para a luta" e Projeto da BNCC.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O DESMONTE DA ESCOLA PÚBLICA PELO MERCADO



Acervo Adusb

Em setembro de 2016, o Brasil foi surpreendido com a publicação da Medida Provisória (MP) 746 pelo presidente ilegítimo Michel Temer, que institui a Reforma do Ensino Médio. Uma imposição legislativa desse tipo deve ser utilizada apenas em momentos de extrema urgência e relevância, como por exemplo em casos de enchentes e terremotos. Apesar de não se tratar de algo dessa natureza, catástrofe é uma palavra que define os efeitos desta MP, transformada na lei 13.415/17, para as futuras gerações brasileiras.

O que muda para os estudantes?

As propagandas massivas do governo federal afirmam que a Reforma do Ensino Médio dará maior autonomia e preparo aos estudantes, já que eles próprios poderão escolher quais disciplinas cursar, conforme a carreira que pretendem seguir. Contudo, o discurso se distancia muito da prática. A formação acadêmica perderá sua abrangência e criticidade, pois apenas português e matemática serão obrigatórias em todos os anos. A liberdade para montar o percurso escolar também é falsa, pois as opções de escolhas serão limitadas à disponibilidade da escola. Assim, se não houver professor ou salas de aula, por exemplo, as possibilidades serão extremamente restritas. Não suficiente, o oferecimento do ensino de jovens e adultos no turno noturno dependerá da disponibilidade das escolas. Além disso, será permitido o uso da educação a distância.

O que muda para os professores?

Não é mais necessário ter formação acadêmica para ser professor ou professora de uma determinada área, basta possuir "notório saber". A formação mínima exigida para atuar na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental é o nível médio completo. A Universidade também deixa de ser o espaço prioritário da formação inicial e continuada dos professores. Esse conjunto de medidas são ataques imensos à carreira docente e às condições de trabalho.

Todas estas mudanças negativas possuem o objetivo claro de comprometer a educação dos filhos e das filhas dos trabalhadores brasileiros para que não se rebelem contra os patrões. Não é a toa que a Reforma atingirá apenas aqueles que utilizam a escola pública. Apesar da lei 13.415/17 já ter sido aprovada, há sempre tempo para a luta. **Construa a resistência!**

COMITÊ EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A LUTA PELA EXCLUSIVIDADE DO INVESTIMENTO PÚBLICO

Etapa preparatória para o II ENE - Acervo Adufs

A primeira proposta de Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborada por sindicatos e movimentos sociais. O projeto foi apresentado ao Congresso Nacional em 1998, porém completamente desvirtuado no decorrer das discussões e sancionado em 2001, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma das principais reivindicações daquele momento, a destinação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação foi rechaçada pelos parlamentares. O PNE com abrangência até 2011 favoreceu a ampliação da educação privada e a privatização interna das instituições públicas.

A Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010, durante o governo Lula, fez uma série de críticas ao PNE em vigor, como à forma de avaliação das instituições de ensino, envolvimento de organismos internacionais e reivindicação de 10% do PIB para educação. Contudo, não avançou na crítica à política de expansão da educação privada no país com recursos públicos perpetuada pelo então governo federal. Além disso, o documento final da Conae, que fez diversos apontamentos importantes à elaboração do novo PNE (2014 - 2024), foi quase que completamente ignorado pelo governo federal, naquele momento sob a liderança de Dilma Rousseff.

Um novo momento de luta

Para uma parcela significativa dos movimentos sociais, a situação mostrou que a disputa desses espaços institucionais não trazia efetiva alteração da realidade. Era preciso criar uma outra instância de organização e luta. Nesse sentido, em 2014 foi realizado o I Encontro Nacional de Educação (ENE), com o objetivo de avançar nas proposições presentes no PNE proposto pela Sociedade Brasileira e na reivindicação do investimento público para a educação pública. Um dos encaminhamentos mais importantes foi a organização do Comitê Nacional em Defesa da Educação Pública, bem como de Comitês Estaduais e Locais para realizar o enfrentamento aos governos federal, estaduais e municipais. Já na segunda edição do ENE, em 2016, foi deliberado o fortalecimento dos Comitês e a destinação de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública já!

O Comitê Baiano foi organizado em 2015 e tem contribuído significativamente com a luta contra as políticas educacionais de perfil conservador e os ataques do governo Rui Costa à educação. Depois de consolidado, o Comitê tem ampliado sua atuação por meio da criação dos Comitês Locais, como nas cidades de Feira de Santana, Itabuna, Porto Seguro, Jequié e Vitória da Conquista. Militantes individuais, entidades, sindicatos, movimentos sociais e populares que se interessarem por construir esses espaços devem entrar em contato com a Associação dos Docentes da UESB (Adusb), que se encontra nos três campi da UESB.